

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**A RESISTÊNCIA DAS ENTIDADES DE CLASSE FRENTE AO DESMONTE**  
**DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: EMBATES ENTRE PROFESSORES E**  
**APARELHOS REPRESSORES DO ESTADO.**

Lisiane Freitas de Freitas –  
UEL – [lisiane@uel.br](mailto:lisiane@uel.br);  
Daniel Sánchez Vega -  
La Salle (México) - [dannsvega@gmail.com](mailto:dannsvega@gmail.com) ;

**Eixo 8: Educação e Política**

**Resumo**

O estudo tem por objetivo apresentar a força das entidades de classe, em especial a dos trabalhadores da educação pública e a constante queda de braço com o Governo, este, exercendo o seu papel de Aparelho Repressor do Estado, na maioria das unidades federativas. Busca retratar a trajetória dos sindicatos e o entrelace com os fatos políticos que ocorreram especialmente no período da ditadura militar, momento de fortalecimento e de resistência da organização sindical. Como problematização delimitou-se a questão de pesquisa: como os sindicatos vêm ressignificando as suas lutas e articulando as suas bases para garantirem que a educação pública continue sendo um direito de todos e todas? Para responder a essas indagações, a pesquisa adotou um percurso metodológico norteado pelo materialismo histórico, com apoio na Análise de Discurso de orientação francesa, o que favorece a compreensão acerca do movimento dos sentidos que surgem da discussão como práticas ideológicas. Foi possível inferir, que a história se repete, ou melhor, segue ressignificando em diferentes condições de produção, disseminando diversos efeitos de sentido e que a Educação é o vetor da transformação de uma sociedade. A luta dos educadores é diária e a leitura pela história materialista não pode se furtar a retratar os fatos.

**Palavras-chave:** Educação pública; Aparelhos Ideológicos, Organização Sindical.

**Introdução**

Os ataques ao funcionalismo público vinham sendo velados e sem muito alarde no ano de 2014. O então governador do Paraná, à época, fechou a gestão anunciando que as contas do Estado estavam superavitárias e que a Educação seria prioridade em sua segunda administração (estava em campanha para a reeleição). A fala de que havia feito uma boa administração e de que o Paraná estava financeiramente bem convenceu 55,7% da população paranaense, que o elegeu logo no primeiro turno. Cabe destacar que em

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Londrina, sua cidade natal, este candidato registrou 79,5% (fonte TSE, 2014), e pelo alto percentual é possível inferir que muitos desses são professores da rede pública estadual.

Assim que foi eleito, para o seu segundo mandato governamental, o gestor público do Estado desencadeou uma série de ajustes financeiros, sopesando fortemente a educação pública, especialmente no que tange ao Ensino Superior. Foram propostos projetos de Lei que previam reajustes fiscais e confiscos de verbas dos servidores, com vistas a “refazer” o caixa do Estado.

Na transição de 2014 para 2015 o Governo encerra inúmeros contratos de docentes e servidores temporários (sem aviso prévio), o que se refletiu em turmas sem professores por alguns meses e também na suspensão do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), deixando sem capacitação continuada, centenas de mestres da educação básica.

O projeto de lei, apelidado pelas entidades sindicais de “Pacotaço”, contemplava ainda o fim de abonos como o quinquênio, a diminuição da hora-atividade, a redução do número de contratações e a não efetivação dos aprovados em concursos de 2013, o que gerou descontentamento a esta classe trabalhadora. Tudo isso em uma época de difícil mobilização dos servidores, abrangendo o final de ano letivo e período de recesso acadêmico, o que de certa forma, dificultava uma organização de massa para tentar frear as propostas elencadas.

Considerando que os procedimentos para a aprovação dos projetos de lei são morosos e, logo a ALEP também entrou em recesso, essa situação se arrastou até o final de janeiro de 2015. Assim, motivados pelo atraso dos 13º salários e do não pagamento de 1/3 de férias, os professores da rede pública e das universidades estaduais decidem não retomar as aulas em fevereiro, desembocando em greve geral. O movimento paredista perdurou até 20 de março.

Quando as atividades voltavam à normalidade nas escolas e universidades públicas, o Governo do Paraná, mais uma vez, de forma paulatina e velada, “fatia o pacotaço” e tenta tramitar, em regime de urgência, na Assembleia Legislativa do Paraná - ALEP, outros Projetos de Lei - PLs,

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
tendo entre as propostas o confisco de 8 bilhões do Fundo previdenciário dos servidores (Paranaprevidência), superavitário até aquele momento.

Essa proposta de saque mobilizou, mais uma vez, grande massa de professores, estudantes e servidores públicos à ALEP, no dia 27 de abril de 2015. O que os manifestantes não esperavam é que seriam recebidos pelo maior contingente de policiais já visto no Estado. A tropa de choque garantia a segurança dos deputados que trabalhavam para a aprovação do projeto, alguns deles chegaram à ALEP de camburão da tropa de choque da polícia militar e entraram escoltados, como se pode observar pelas imagens a seguir:

**Figura 1:** Cerco da Tropa de Choque



Fonte: Acervo SINDIPROL/ADUEL

**Figura 2:** Tropa de Choque na ALEP



Fonte: Acervo SINDIPROL/ADUEL

A manifestação dos servidores era pacífica, mas ainda assim, a polícia invadia os acampamentos e os ameaçava com bombas de efeito moral, em um modelo de Aparelho repressor do Estado. No dia 29 de abril, após ser aprovado pelas comissões de Justiça e Finanças, o projeto de lei retorna e está a um passo de ser aprovado, o que acirra os ânimos do lado de fora da Assembleia.

Do lado de dentro, a base governista não se importava com os ataques de bombas e balas de borrachas que assolavam os servidores e estudantes que estavam acampados nas adjacências da ALEP. Inúmeras pessoas feridas e sem assistência médica, helicópteros sobrevoavam e bombardeavam ainda mais os manifestantes. Foi um dia de horror e que manchou de sangue o Estado do Paraná, exposto nas manchetes dos

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

principais jornais do mundo. Estava registrado na história do Estado o “Massacre de 29 de abril”.

Derrotados, físico-psico e moralmente, os sujeitos que sofreram diretamente o ataque no dia 29 de abril, regressaram às suas cidades de origem e, a partir do relato pessoal dos grevistas acerca do que aconteceu na ALEP, acirrou-se ainda mais o descontentamento dos servidores para com o Governo atual, desencadeando a segunda greve do ano, que perdurou por mais tempo, encerrando-se somente na última semana de junho de 2015.

O contexto histórico daquele momento fez reativar a memória da ditadura militar e uma série de ataques contra professores que já sofremos no Estado, a lembrar do dia 30 de agosto de 1988, quando o então Governador Álvaro Dias, soltou a cavalaria da polícia sobre os professores. Em meio a essas duras memórias, e frente a atuação da polícia, é que este estudo pautou por objetivo apresentar a força das entidades de classe, em especial a dos trabalhadores da educação e a constante queda de braço com o Governo, este, exercendo o seu papel de Aparelho Repressor do Estado, na maioria das unidades federativas. Como problematização delimitou-se a questão de pesquisa: “como os sindicatos vêm ressignificando as suas lutas e articulando as suas bases para garantirem que a educação pública continue sendo um direito de todos(as).

### **Metodologia**

Este estudo adotou um percurso metodológico norteado pelo materialismo histórico, com apoio na Análise de Discurso de orientação francesa. A abordagem empregada foi a qualitativa, consolidada por pesquisa bibliográfica e documental.

O Materialismo Histórico representa uma base teórica formulada especialmente nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, que se propõe a uma compreensão do processo histórico universal, fundamentada no labor humano, em sua finalidade de satisfazer às necessidades econômicas da sociedade (saúde, alimentação, moradia...) e na luta estabelecida entre as classes sociais pelo controle dos instrumentos e frutos desta produção.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Esse método lança um olhar sobre o modo de produção do sistema capitalista, que concebe a História como uma “relação material entre sujeitos para desmascarar as relações de exploração e alienação do homem pelo homem” (CUTRIM; MARQUES, 2017, p. 117).

Linhas gerais, o materialismo histórico é a interpretação da história, a partir de um aspecto material. Na forma como a sociedade se organiza para produzir materialmente aquilo que é indispensável para a sua subsistência, para o acúmulo de riqueza, enfim, para garantir a satisfação das suas necessidades.

Na sequência, passamos à síntese acerca dos fatos históricos que influenciaram a constituição das associações de classe, dos sindicatos e dos grandes movimentos trabalhistas, além de um estudo das Constituições Federais que contemplavam, ou não, os direitos trabalhistas, tendo como foco a legalidade dos movimentos sindicais.

## **Referencial teórico**

### **Ideologia e Aparelhos Ideológicos**

Na teoria marxista, ideologia representa o “conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades, que se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção.” (COSTA, 2014, p.4) e termina por beneficiar as classes dominantes. A ideologia aparece ligada ao inconsciente pelo viés da interpretação dos indivíduos em Sujeito. Assim, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas que se relacionam.

Neste sentido, é possível considerar que nossas decisões são tomadas a partir de nossa posição na sociedade, ou seja, não são autônomas/individuais. Não somos um agente autônomo que deseja enunciar algo. Estamos presos às relações de classe e a aparelhos ideológicos. Podemos definir aparelhos ideológicos, ancorando-nos aos postulados de Althusser (1985) que os define como agentes que têm por função reproduzir e justificar o modo de produção vigente e que disseminam a ideologia dominante

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

na sociedade capitalista. Como exemplos de aparelhos ideológicos podemos citar a igreja (com todos os seus dogmas), a escola, e o Estado. Para o Marxismo, a ideologia dominante dissemina-se por meio de aparelhos específicos, que incluem o sistema educacional, a família nuclear e os meios de comunicação. Para Althusser (1985), os aparelhos ideológicos de Estado moldam os sujeitos individuais, interpelando-os constantemente.

Os aparelhos ideológicos nos ensinam a sermos “domesticados”. Trabalham incessantemente reproduzindo ideologias. Reproduzir a ideologia, de certa forma, garante a reprodução das condições de produção do capitalismo. No caso em tela, quando há uma greve, pode-se inferir que há uma parte dos professores que se recusam a reproduzir a ideologia do Estado e, por conseguinte, promovem assembleias, organizam paralisações, manifestações, o que ocasiona uma luta de classes, um confronto entre a organização dos professores e o poder do Estado (força de execução e de intervenção repressiva).

Althusser (1985) faz uma distinção entre Aparelhos de Estado (AE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Nesse sentido, o Aparelho de Estado compreende o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões e estes, como funcionam pela força e repressão são intitulados por Althusser como Aparelho Repressivo de Estado. Cabe aqui ressaltar que está presente nessa força a violência, a exemplo do que houve no dia 29 de abril, data marcada como o massacre aos professores do ensino público que estavam em greve em 2015.

Por outro lado, Althusser (1985) define os Aparelhos Ideológicos de Estado como certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas como a escola, a igreja, a família, o jurídico, o sistema político e seus diferentes partidos, a organização sindical, a informação (representada pela imprensa, rádio, jornal, televisão). O mesmo autor afirma que “o Aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia.” (ALTHUSSER, 1985, p. 46).

A evolução do trabalho e o advento dos sindicatos perpassam pela história do capitalismo e dos conflitos havidos entre as classes sociais. As

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

principais mudanças na legislação trabalhista também se constituíram a partir de conflitos e dessas lutas de classe. Desde as relações servo-contratuais do Feudalismo até a escravidão, percebia-se essa dualidade de poderes e que impulsionaram, ao longo dos séculos, as grandes revoluções.

**A força operária e a organização sindical – percursos da história**

A expansão do capitalismo e a exploração da classe operária em detrimento ao lucro, as jornadas abusivas de trabalho e sua precarização, a máquina em substituição do trabalho artesanal, impulsionaram a organização das associações de trabalhadores.

As primeiras organizações sindicais surgem na Inglaterra, em 1824, após muita pressão dos trabalhadores. Havia na época muitas paralizações nas fábricas em virtude das altas jornadas de trabalhos e condições subumanas de labor. Essas paralizações geravam um descontentamento por parte dos empregadores, pois afetavam a obtenção do lucro.

A força política dos operários, de forma organizada resultou na criação das uniões sindicais, denominadas *trade unions*, que passaram a garantir as primeiras reivindicações e direitos trabalhistas a estes trabalhadores, como pisos salariais e uma espécie de fundo de greve, chamados de Caixa de Resistência. “Surgem em um tempo em que se aguçam as oposições de classe em todo o mundo, em que o grande capitalista embolsa inauditos dividendos, enquanto a classe trabalhadora torna-se miserável.” (STUTCHKA, 2001, p. 71).

O vocábulo sindicato faz alusão à ideia de representação. “Etimologicamente tem origem na palavra *syndicat*, utilizada para a designação de pessoas que estavam ligadas a uma corporação, sob a tutela de um síndico (*syndic*)” (SANTOS, 2003, p. 28).

O conceito e as atribuições do sindicato passaram por constantes transformações, e de certa forma, a ideia do *syndicat* foi superada por significados muito mais amplos, se as primeiras organizações contemplavam apenas questões salariais e de jornadas de trabalho, hoje a abrangência destas entidades é muito maior, a exemplo do que preceitua o jurista Antonio de Lemos Monteiro Fernandes:

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Sindicato é uma associação com fins específicos predeterminados na lei: a defesa e promoção dos interesses socioeconômicos dos seus membros, não comportando apenas os interesses coletivos atinentes ao exercício da profissão, mas os de toda a condição social do trabalhador como cidadão, inclusive a ação sindical centrada em problemas sociais de caráter extraprofissional (FERNANDES, 1994, p. 67).

Santos (2003, p.30) ressalta que a palavra sindicato é empregada para denominar “associações profissionais e econômicas de primeiro grau, ao passo que os termos Federação e Confederação designam entidades sindicais de grau superior.” Nessa época, a economia brasileira era essencialmente rural, voltada mais fortemente para o cultivo da cana de açúcar, algodão e café. “Era o Brasil uma grande fazenda administrada em comum por um grupo de fazendeiros senhores das terras que se revezavam em poder” (AROUCA, 2003, p. 21).

Os imigrantes que aqui chegaram traziam consigo uma bagagem de luta que influenciava o proletariado brasileiro, especialmente no período industrial, em que jornadas de trabalho de 14 horas faziam parte do cotidiano destes trabalhadores. A força de trabalho era alavancada por homens, mulheres e também crianças, exploradas pelo capital e pela moeda do lucro.

Os salários eram indignos e, em alguns casos, eram rebaixados, ou até não pagos, como forma de punição, por algum erro, ou mau comportamento do sujeito. Tais atrocidades despertaram nos trabalhadores da época, um desejo de organização de uma classe que pensava em condições melhores de labor.

O movimento político da classe operária tem por finalidade, naturalmente, a conquista do poder político para si, e para isso é necessário, como é lógico, que “vá à frente uma organização da classe operária relativamente desenvolvida, que se formou das suas próprias lutas económicas (sic)” (MARX, 1871, apud LOSOVSKI, 1974, p. 21). Começaram pelas Associações de Socorro Mútuo (criadas, voluntariamente, para prestar auxílio financeiro aos seus associados, quando passassem por algum corte salarial), para depois, surgir a União Operária que, com o surgimento das indústrias,



**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

passou a se organizar por ramos de atividades, o que seria o prelúdio de uma organização sindical.

O trabalho, de certa forma assistencialista das Associações de Socorro Mútuo, já não atendia mais aos anseios dos operários, que buscavam reivindicar melhores condições de trabalho. Assim, calcados nas pautas de jornada de 8h diárias de trabalho, aumento salarial e regulamentação do repouso semanal remunerado, surgem os primeiros sindicatos do Brasil, a começar pelo sindicato dos trabalhadores rurais, nos anos iniciais da década de 1900.

**Os fatos políticos e o entrelace com os principais movimentos grevistas do Brasil**

Em 1903, por meio do Decreto n. 979, os sindicatos são regulamentados no país, preconizando, inclusive a possibilidade de ter não só sindicatos de trabalhadores, mas também de empregadores.

Mesmo antes da legislação que regulamentava a criação dos sindicatos, já havia ocorrido um considerável protesto de trabalhadores, que já pautava a interrupção do trabalho por melhores condições de trabalho, isso em 1720 no Porto de Salvador.

Os estivadores, em 1853, organizaram uma paralisação, no Porto de Fortaleza, contra o transporte de escravos, o que poderia ter sido considerado uma das primeiras greves brasileiras. Contudo, Pedro Castro (1986); Alencastro (1992); Vitorino (1999); convergem os seus registros históricos e apontam como a primeira grande greve do Brasil, a dos tipógrafos do Rio de Janeiro, ocorrida em 1858-59, motivada por melhores condições de trabalho e por reajustes salariais.

A criação de sindicatos se alastrou por todo o Brasil com muita celeridade, surgindo a necessidade de encontros entre as associações de diversas categorias para trocarem informações, para preparação política e, especialmente, para se organizarem contra os desmandos do Governo. Assim, no Rio de Janeiro, período de 15 a 20 de abril de 1906, foi realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro, contando com a participação de quarenta e três

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

delegados, oriundos de vinte e oito sindicatos. Como principal resultado deste encontro pode-se destacar a fundação da Confederação Operária Brasileira.

As represálias aos movimentos sindicais dos trabalhadores vieram nessa mesma esteira. Em 1907, em uma ação conjunta do governo, com a coerção da polícia e dos sindicatos patronais, foram expulsos do país cento e trinta e dois sindicalistas, o que acirrou os ânimos e gerou ainda mais greves por todo o Brasil.

Em decorrência da 1ª Guerra Mundial, tem-se uma queda brusca de salário dos trabalhadores, crise econômica e índices altos de inflação, o que motivou o maior número de greves já registrado, nos anos de 1917 a 1920.

Neste período, destaca-se a Greve Geral de 1917, composta, inicialmente pelos trabalhadores das fábricas de tecido, com a paralização de mais de 2 mil operários, mas que cresceu e ganhou a adesão de todo o setor têxtil e inúmeras outras categorias paralisando em torno de 45 mil trabalhadores em todo o país. Havia muitas crianças trabalhando nas fábricas nessa época, com duras jornadas de trabalho e que não tinham acesso à escola. É o registro de centenas de trabalhadores em sua primeira grande demonstração de força.

Após cinco dias de greve, os trabalhadores conquistaram as suas reivindicações. Sr. Antonio Martinez, sapateiro e um dos grandes líderes da União Operária, alvejado pela polícia enquanto discursava aos seus companheiros de luta, em frente à fábrica.

Em 1922, o movimento operário na nação inicia outra fase, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, criado sob forte influência da Revolução Russa. A ideia central deste partido, à época, era promover no Brasil, uma revolução. Um canal impresso de difusão das ideias comunistas foi criado pelo partido nessa mesma época, a chamada revista “Movimento Comunista”. Três anos mais tarde, publica também o jornal “A Classe Operária”.

Em 1929, congregando todos os sindicatos de origem comunista, é realizado o I

## **Resultados e Discussão**

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

A década de 1930 foi marcada por muitos fatos históricos que influenciaram e seguem influenciando os movimentos sindicais, as lutas de classe e, por conseguinte, os movimentos grevistas. O primeiro grande marco é a Revolução de 1930, impulsionada pela conturbada sucessão do presidente Washington Luís (República Velha), que culminou em um Golpe de Estado.

A Revolução de 1930 dá início à consolidação de um Estado Nacional forte, com apoio da sociedade. Entretanto, Vargas vincula a estrutura sindical ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho e sob a égide de uma política de conciliação entre o capital e o trabalho, ação que acabou maculando as bases políticas e sociais que os sindicatos vinham construindo nas décadas anteriores. Nesse cenário, se configuraram alguns sindicatos pelegos<sup>1</sup>, denominados dessa maneira, em função de amenizarem os conflitos entre os patrões e a classe trabalhadora. Lindolfo Collor, o então Ministro do Trabalho, promulga a Lei Sindical de 1931, sendo este documento o primeiro desenho do sindicalismo oficial do Brasil.

A primeira representação de professores a que se tem registro no Brasil é o CPP – Centro do Professorado Paulista, em 1930, que aglutinava a maior categoria de servidores públicos do Estado de São Paulo. Defendiam a escola pública, na contramão do advento de várias escolas privadas que vinham surgindo nesta década.

O sindicato formal de docentes surgiu da precarização do trabalho dos professores de escolas privadas na década de 1930, mais acentuada na época do Estado Novo (1937-1946), atingindo especialmente os secundaristas e os do curso Normal, mesmo com toda a pressão contrária aos movimentos sindicais.

Nasce o SINPRO de Minas Gerais, criado legalmente em 1933, em Belo Horizonte, cidade onde à época, existiam 6 colégios privados, sendo que destes, 4 eram confessionais. Foi fundado com vistas a defender uma educação de qualidade e garantir os direitos da categoria, contudo, desde a

---

<sup>1</sup> Pelego – substantivo masculino [Brasil] - pele de carneiro a que se deixa ainda aderente a lã. (Serve para tapete, ornamentação etc.); [Popular] e Pej. **Denominação dada a membros de sindicatos que agiam sob inspiração do Ministério do Trabalho ou de políticos ditos trabalhistas. [Figurado] Pessoa servil, dominada por outra; capacho.** (Fonte: Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pelego/>> Acesso em: 12 dez. 2017, grifo nosso)

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

sua constituição sofreu perseguição do Estado. Em 1943 o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social impediu a posse da diretoria do SINPRO deste ano.

Ainda assim, sob o controle do Estado, outros sindicatos, mais combativos, resistiram e seguiram na luta por melhores condições de trabalho e consagraram os primeiros direitos trabalhistas brasileiros. A Lei de Férias foi uma importante conquista, e na sequência a jornada de oito horas, reivindicação antiga da classe operária, mais tarde o direito do descanso semanal remunerado e a regulamentação do trabalho do menor.

Em 26 de abril de 1947, buscando congregar os professores da rede pública, surge a Associação dos Professores de Escolas Públicas do Paraná – APP, que se fortaleceu com a união com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) e também com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APLP) e que quatro décadas mais tarde, após um longo período ditatorial, se transforma em sindicato, passando a se denominar APP-Sindicato, representando os professores das redes públicas (estadual e municipais) do Paraná.

Com o Golpe Militar de 1964, tem-se a mais dura repressão política da história do Brasil, com ataques à classe trabalhadora, preconização de inúmeras leis que visavam a congelar salários e restringir direitos trabalhistas. Desse modo, não podemos atribuir a ditadura somente aos militares, haja vista que o conjunto de ações que se desencadearam neste período tinha apoio dos latifundiários, dos proprietários de indústrias e de parte da classe média. Havia apoio também por parte da população conservadora da igreja católica, que se declarava contra o comunismo.

Os trabalhadores rurais viviam as agruras do regime militar. Os trabalhadores das cidades viam os seus direitos “pisoteados” e não poderiam se articular ou se rebelar, especialmente após a promulgação da Lei 4.330 de 1º de junho de 1964, que acabava com o direito de greve.

O texto Constitucional de 1967, que legalizava o regime militar e, por conseguinte, a ditadura, aumentando o controle do Poder Executivo, cabendo a este, legislar em matéria de segurança e orçamento. Estabelece eleições indiretas para presidente. Desta maneira, Costa e Silva mantinha uma

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

hierarquia constitucional centralizadora. Englobava ainda, todos os preceitos preconizados pelos Atos Institucionais anteriores.

A ditadura, que perdurou por duas décadas, imprimiu um regime autoritário, alinhado com os elementos políticos norteadores dos Estados Unidos e que provocou austeras mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil. As intervenções militares chegaram a mais de duas mil organizações sindicais. Volta a censura e cai a liberdade de imprensa. Dirigentes sindicais são torturados, comunistas são mortos, políticos de esquerda são perseguidos, fica totalmente proibida qualquer manifestação política contrária ao regime militar.

O arrocho salarial despertou os trabalhadores que foram silenciados pelos primeiros anos ditatoriais, tanto que foi criado o Movimento Intersindical Anti-arrocho – MIA, composto por sindicalistas combativos, mas também por “pelegos”, reunindo, assim, sujeitos de posições políticas diversas. Percebe-se um movimento nacional de luta contra o regime de ditadura e uma melhor organicidade sindical.

Outro fato importante da luta de classes ocorreu em 13 de março de 1979, quando é deflagrada a Greve Geral de 1979, disparada pelos metalúrgicos do ABC Paulista, contando com a adesão dos operários das fábricas automobilísticas, somando 200 mil trabalhadores que desafiavam a força da ditadura. Reivindicavam 78,1% de aumento salarial. A paralisação levou duas semanas, teve uma pausa de 45 dias e após esse período, conquistaram o reajuste de 63%, um dos maiores índices conquistados em movimentos grevistas.

É importante refletir que as greves da década de 1970 e início dos anos 1980, não surgiram apenas com o objetivo de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas, sobretudo, para lutar contra o regime autoritário da ditadura, contra a censura e contra as políticas que favoreciam apenas aos latifundiários e donos de indústrias. Buscavam redemocratizar o Brasil, com liberdade de imprensa e liberdade sindical, sendo que esta última só foi possível com a Constituição de 1988.

Em fevereiro de 1981, surge a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, na cidade de Campinas, buscando

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

abrigar, em um primeiro momento, os docentes das universidades federais, depois as estaduais que não se viam contemplados pelas associações e sindicatos que haviam sido criados até então.

Importante salientar que todas essas associações, no período de 1982 a 1988 estavam proibidas de efetivar a sindicalização de professores de escolas públicas, o que dificultava a filiação destes servidores e, de certa forma, enfraquecia a organização da classe. Com o advento da Constituição Cidadã, essa realidade mudou e no ano de 1988 a CNTE se filia à Central Única dos Trabalhadores – CUT

Em 1983, é realizada primeira manifestação em prol das eleições diretas, organizada pelo Partido dos Trabalhadores – PT que reuniu 10 mil trabalhadores, na cidade de São Paulo. A partir daí, outros segmentos da sociedade ecoavam o mesmo som, gerando o conhecido movimento Diretas Já!, uma das maiores campanhas cívicas da nação e que se avolumava a cada dia. As praças públicas se tornaram palco destes protestos, artistas, músicos, operários e sociedade em geral clamavam pelo fim da ditadura militar e pelas eleições diretas. Ressurge, ainda mais forte, o movimento sindical.

### **Conclusões**

Com este estudo foi possível perceber que em todos os movimentos sindicais analisados, de luta por direitos, o Estado se mostrou como um Aparelho Repressor, utilizando-se de outros aparelhos ideológicos, como a força militar e a polícia para coagir e até mesmo violentar os partícipes dos movimentos paredistas.

Percebe-se, ainda, que mesmo após a Constituição Cidadã de 1988, o direito de greve, preconizado por esta carta magna, ainda não é respeitado em sua plenitude e a violência se faz presente em todos os movimentos em defesa da classe trabalhadora, a exemplo do que ocorreu em 1988 no Paraná, que o governador da época ordenou à polícia que a cavalaria avançasse sobre os manifestantes. O mesmo se passou em 2015, no fatídico 29 de abril.

### **Referências**

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AROUCA, José Carlos. **O Sindicato em um mundo globalizado**. São Paulo: LTr, 2003.

CUTRIM, Ilza Galvão; MARQUES, Maxhemyliano Silva. **O materialismo histórico na epistemologia da Análise do discurso**. Disponível em: <<https://paginas.uepa.br/seer/index.php/ribanceira/article/view/1243>> Acesso em: 10 jan. 2019.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: **Contextos epistemológicos da análise de discurso**. Revista Escritos 4. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos- LABEURBINUDECRI- Campinas:UNICAMP, 1999. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>> Acesso em 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997. Tradução de Eni Orlandi do original *Discourse: Structure or Event?*, texto originalmente apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Era Vargas – Governo Democrático"**. *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/getulio-vargas.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2018.

STUTCHKA, Piotr. **Direito de classe e revolução socialista**. 2.ed. Instituto José Luis e Rosa Sundermann. Tradução de Emil Von München. São Paulo, 2001.